Universidade Católica de Brasília

Pró-Reitoria de Graduação
Curso de Pedagogia
Trabalho de Conclusão de Curso

POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA – OS OITO ANOS DE GOVERNO LULA

Autora: Rosilene Conceição do Nascimento
Orientadora: Drª. Lêda Gonçalves de Freitas

Brasília-DF
2011

ROSILENE CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO

POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA – OS OITO ANOS DE GOVERNO LULA

Artigo apresentado ao curso de graduação em Pedagogia da Universidade Católica de Brasília, como requisito parcial para a obtenção de título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profª. Drª.Lêda Gonçalves de Freitas

Brasília
2011

Artigo de autoria de Rosilene Conceição do Nascimento, intitulado "A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO BÁSICA – OS OITO ANOS DE GOVERNO LULA", apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia da Universidade Católica de Brasília, em 8 de junho de 2011, defendido e aprovado pela banca examinadora abaixo assinada:

_____

Profª. Drª. Lêda Gonçalves de Freitas
Pedagogia – UCB

_____

Profª. MSc. Deliene Lopes
Pedagogia - UCB

Brasília
2011

AGRADECIMENTO

Agradeço ao Senhor Deus Todo-Poderoso pelo o dom da vida; à minha família que, mesmo estando longe, está sempre torcendo pelo o meu sucesso; aos meus queridos e amados professores, que estiveram ao meu lado durante todo o processo de ensino e aprendizagem. E ainda agradeço a todos os meus amigos, pelos quais, de uma maneira muito especial, tenho um grande e infinito amor; pois, sem eles,jamais chegaria onde estou agora. Obrigada por fazerem parte da minha história.

POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA – OS OITO ANOS DE GOVERNO LULA[1]

Rosilene Conceição do Nascimento[2]

Resumo: Este artigo reflete sobre a valorização do professor da Educação Básica. Busca-se apresentar a trajetória da carreira docente; as reformas educacionais na década de 1990 eas suas implicações na Política Educacional do Brasil; a valorização dos profissionais da educação; e trazer as principaisPolíticas Públicas de valorização dos professores nos oito anos de Governo Lula. No referencial teórico, apresenta-seum breve cenário da história do professor das séries iniciais.

Palavras-chave: Valorização. Professor. Políticas Públicas**.**

1 INTRODUÇÃO

Este artigo traz uma reflexão sobre a valorização do professor da Educação Básica,apresentando uma trajetória da carreira docente; as reformas educacionais na década de 1990; e, fundamentalmente, as principais políticas de valorização desses profissionais nos oitos anos de Governo Lula,haja vista uma inquietude em torno do significado do papel do professor para a aprendizagem dos estudantes e para a construção de um projeto de país pautado na qualidade da educação.

No inicio da minha vida de estudante ouvi muitos relatos de pessoas que tinham uma visão negativa em relação à carreira docente diziam que existia tantos outros cursos mais interessantes e que ser professor não era tão importante quanto ser um médico ou um advogado. A partir disso, surgiram vários pensamentos e reflexões sobre o curso o qual eu escolhi com muita convicção sendo que na minha concepção, ser professor é tão relevante quanto qualquer outra profissão. Sendo assim, esse artigo é fruto da minha certeza de que todos os cursos tem a sua importância e ainda que todo profissional é digno de respeito; reconhecimento; dignidade e valorização da sua carreira profissional.

1Artigo apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Católica de Brasília – UCB, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia. Artigo aprovado pela Profª. Drª. Lêda Gonçalves de Freitas (Orientadora) e pela Profª. MSc. Deliene Lopes (Examinadora). Brasília, 8 de junho de 2011.

2Graduanda do curso de Licenciaturaem Pedagogia da Universidade Católica de Brasília (UCB). Contato: rosilenec.nascimento@hotmail.com

É notório que o professor tem um papel de responsabilidade fundamental na formação social e intelectual do ser humano e na construção de saberes e valores essenciais para que o indivíduo viva em sociedade. No entanto, o professor da Educação Básica tem sofrido no decorrer de sua vida profissional com a falta de reconhecimento e valorização de seu trabalho.

A sala de aula tem sido palco da sua exaustão devida a muitos fatores:a grande demanda de alunos; alunos com problemas de aprendizagem; a longa jornada de trabalho; violência escolar; falta de recursos; salários baixos, entre outras dificuldades que são vivenciadas ao longo de sua carreira como educador. Esses fatores contribuem para a (des) valorização do professor e favorecem o desprestígio do trabalho e da carreira docentes contribuindo para a sua desmotivação profissional. Nesse sentido, este trabalho pretende mostrar a relevância da função social do professor na sociedade com vistas a enfatizar a valorização de sua carreira, tendo em mente que a educação é o principal meio de transformação da humanidade.

Segundo Vieira (2004), o professor tem sido esquecido, e o seu trabalho, muitas vezes, ignorado pelos governantes e pela própria sociedade, a qual depende do ensino. A autora mostra a realidade do professor no contexto atual e suas lutas em busca de leis que garantam os direitos e garantias previstos em lei, mas que não são oferecidos efetivamente aos professores. Ademais, não possuem um plano de carreira e nem um piso salarial digno para o seu sustento.

Freitas (2006) nos mostra que o professor tem sofrido desgaste psicológico e fisiológico que tem prejudicado sua saúde. O desgaste físico e a sobrecarga emocional no preparo das atividades pedagógicas devido à grande demanda de alunos e à longa jornada de trabalho têm levado o professor a desenvolver algumas doenças que, muitas vezes, o levam a desistir da profissão. A complexidade do papel do professor vai além da transmissão de conhecimento, pois, para que sua atuação seja significativa, ele precisa gastar tempo com planejamento, organização de materiais, recursos pedagógicos, articulação de ideias, pesquisa científica, entre outras atividades pertinentes à sua formação. Sendo assim, é visto que a demanda de trabalho do professor é muito grande, sendo ele merecedor de reconhecimento e valorização de seu trabalho.

No decorrer de sua história, a atuação do professor sempre foi marcada por salários baixos e pelo não reconhecimento de seu trabalho na sociedade pelas classes dominantes, que, segundo Monlevade (2006), não a valorizam e ainda manipulam o trabalho docente, procurando sempre ter o controle sobre as finanças, pois, mesmo na época em que o Brasil

ainda era colônia, os recursos financeiros eram de responsabilidade das câmaras municipais. O autor relata que, desde a construção do estado brasileiro, as pessoas que possuíam algum tipo de poder político monopolizavam a verba entre eles e gastavam o dinheiro em função de seus próprios interesses, não se preocupando com a necessidade do povo.

O foco deste estudo, portanto, é refletir sobre a necessidade de valorização do professor da Educação Básica no atual contexto da sociedade brasileira. Sendo assim, está organizado em quatro tópicos: a) Cenário da Carreira Docente; b) Valorização do professor na visão de alguns teóricos; c) Valorização do professor no contexto das Reformas Educacionais da década de 1990; d) Políticas de valorização do professor nos oito anos de Governo Lula. Optou-se, então, por uma pesquisa bibliográfica e documental fundamentada em autores e documentos oficiais que tratam da valorização do docente.

2 CENÁRIO DA CARREIRA DOCENTE

O professor continua tendo a sua identidade desvalorizada e, muitas vezes, esquecida. Sabe-se que o papel desempenhado por esse profissional é de fundamental importância para o desenvolvimento da sociedade, sendo responsável pela propagação dos saberes intelectuais, baseados em conteúdos programáticos ou em valores e princípios socioculturais construídos ao longo do tempo, e nas relações e trocas de experiências que são vivenciadas pelo ser humano no decorrer de sua trajetória de vida.

Para Brandão (2007), a prática do ensino na sociedade antiga era exercida nas famílias. Os anciãos eram os que ensinavam, ou seja, davam instruções aos mais novos sobre os costumes e práticas condicionadas à sua maneira de sobrevivência, tais como: trabalho, cultura, valores e princípios, que faziam parte de sua história de vida. Nesse período, a educação acontecia pela transferência de saberes acumulados por outras gerações.

Nota-se que a figura do professor já estava presente naquela época, embora a sua função fosse restrita a uma comunidade, seu papel de instruir era relevante para a formação das gerações futuras. Com o passar dos anos, a sociedade foi se modificando e o homem, fruto dessas mudanças, foi se adaptando frente às novas transformações da sociedade.

O professor passa a assumir, então, a responsabilidade de ensinar os conteúdos programáticos para os alunos, baseados em seu planejamento pedagógico que, segundo Freitas (2003), o torna o único conhecedor do conhecimento e o aluno um simples aprendiz e reprodutor do saber. Nesse contexto, a escola tornou-se um instrumento de propagação dos

interesses da sociedade burguesa, e o professor, professando as ideias propostas, reproduzia o pensamento capitalista que se dissipava na sociedade moderna. Embora ele fosse manipulado pelas organizações capitalistas, seu trabalho tornou-se fundamental para a formação da sociedade brasileira, como nos mostra Freitas (2006):

> Em decorrência dessa centralidade da escola, o professor ganha outro olhar, uma vez que é este profissional que irá "reproduzir" os interesses da sociedade da época. O professor passa a ser valorizado e reconhecido socialmente. Assim, é na modernidade que se inicia o processo de configuração da profissão de professor conforme está desenhado na atualidade. (FEITAS, 2003, p.61, grifo do autor).

Nos dias atuais, o professor continua tendo um papel relevante na formação intelectual e social do ser humano. Ao ensinar os conteúdos sistematizados, ele ensina também, através dos conteúdos, valores e princípios no intuito de formar cidadãos críticos e ativos nas questões políticas, econômicas e sociais do país (FREITAS, 2006). Contudo, o professor tem vivido momentos de muita solidão em sua atuação profissional, pois sua responsabilidade em responder às demandas da educação se tornou um fardo. Exige-se muito dele, mas o retorno é pequeno, haja vista que recebe baixos salários e é pouco reconhecido socialmente. O país,no entanto, não investe de forma contundente em políticas públicas de valorização da carreira do profissional da Educação Básica.

Destarte, a sociedade vivencia um tempo de grandes transformações em todas as áreas da sociedade. A tecnologia e os meios de comunicação se multiplicam com vistas a suprir as necessidades do ser humano. Para Freitas (2003), essas transformações trazem novas responsabilidades de trabalho para a Educação, tais como: o uso de novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem; e ampliação do papel da escola, pois não tem somente a função de socializar os saberes acumulados, mas desenvolver valores de convivência, de respeito ao meio ambiente, e muito mais.

Nesse cenário, o professor precisa responder a toda uma demanda além de conviver diariamente com situações adversas no seu local de trabalho. A sala de aula tem sido palco de sua exaustão, pois tem colhido muitas consequências devido ao seu desgaste físico ao cumprir uma longa jornada de trabalho e, também, ao atender crianças com diversas dificuldades de aprendizagem sem o devido apoio e recursos. Os principais fatores que sobrepujam essa realidade, segundo Freitas (2006) são:

> A ausência da capacitação para lidar com questões concernentes ao próprio trabalho;O clima organizacional do ambiente escolar;As condições impróprias para o exercício do magistério;A sobre carga de trabalho extraclasse;A exigência de manter a disciplina entre os alunos; O volume de carga cognitiva habitualmente identificada nas atividades do trabalho docente. (FREITAS, 2006 apud SOBRINHO, 2002, p.75)

Por conseguinte, observa-se que as atribuições do professor vão além da sua função de ministrar o conteúdo na sala de aula. O trabalho docente, na prática habitual, já dispõe de um desgaste físico natural, tendo em vista a postura do professor, a utilização frequente da voz, o contato com o giz, a sua rotina em sala de aula, entre outros afazeres que correspondem à sua função de docente (FREITAS, 2006).

Ademais, existe ainda a questão afetiva, que é fundamental para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Esse fator exige muito do professor, pois, para que a sua prática pedagógica seja efetiva e obtenha resultado pleno, é necessário que ele crie laços afetivos com os alunos, a fim de facilitar e auxiliar no processo.

Nessa relação afetiva entre professor e aluno, ocorre quase sempre um desgaste psicológico devido à sobrecarga emocional que o docente adquiri ao querer transmitir o conhecimento esperando que o aluno aprenda da melhor forma possível. Contudo, muitos não correspondem à expectativa do professor por possuírem dificuldades de aprendizagem advindas, inclusive, de seu histórico familiar.

Ainda sobre esse assunto, Gasparini, Barreto e Assunção (2005) acreditam que os agentes "estressores" – é como eles chamam os aspectos causadores das doenças que os profissionais da educação desenvolvem no decorrer de sua profissão –são um dos principais fatores que levam o professor ao abandono da sua profissão.

A falta de projetos educacionais de formação continuada é uma realidade na carreira docente além da infraestrutura física inadequada e a desvalorização profissional. Esses aspectos, segundo os autores supracitados, podem levar o professor à "desilusão e ao desencantamento com a profissão". Com isso, o professor vive uma tensão mental diária pelo fato de ter que dar conta dessa sobrecarga emocional, que provoca tanto o cansaço físico quanto o psicológico. Diante desse contexto, o professor tem sido marcado pela cobrança do Estado e da sociedade em propagar um ensino de qualidade, mas o Estado não tem procurado responder de maneira eficaz às necessidades do professor.

3 VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR NA VISÃO DE ALGUNS TEÓRICOS

Para Almeida, Cunha e Araújo (s/d.), a valorização do professor não pode estar associada apenas à sua formação, pois existem outros aspectos que corroboram ao seu plano de carreira:

> a) econômico; esse aspecto está ligado ao piso salarial, que ainda não responde de forma plena as necessidades de sobrevivência do professor; b) social;referente à valorização do professor por meio do reconhecimento da sociedade onde podemos citar o respeito, prestigio, a dignidade do profissional da educação que tem como função principal a de formar cidadãos capazes de ajudar na construção de uma sociedade emancipatória; c) político é marcado pela a presença do professor como cidadão político que vivência toda trajetória das questões e organizações sociais do direito á dignidade humana;d) o psicológico esta relacionado à satisfação profissional e motivação mediante a sua função de educador que trabalha como mediador do conhecimento e agente transformador na sociedade.(ALMEIDA; CUNHA; ARAÚJO, [s/d.], p. 5).

Contudo, esses aspectos ainda são ignorados, e se dá uma maior ênfase à formação profissional do professor, tendo como argumento principal o aumento do fracasso escolar. Hoje, a responsabilidade de oferecer uma educação de qualidade não é mais assumida pelo Estado, mas, sim, transferida ao professor da Educação Básica. Desse modo, as autoras citadas acima ainda afirmam:

> Os problemas pelos quais atravessam a educação têm proporcionado maior desconfiança acerca do desempenho dos professores, especialmente dos que trabalham na educação básica. Com avaliações de indicadores da educação, criadas pelo governo central, que evidenciam os fracassos da educação pública brasileira recaem sobre o professor [...]. Nesse sentido, apenas um aspecto de valorização é evidenciado: a formação. (ALMEIDA; CUNHA; ARAÚJO, [s/d.], p.5).

Sendo assim, não basta apenas investir na formação dos professores da Educação Básica, é preciso resgatar o seu valor social e proporcionar um salário que condiz com a sua realidade de vida. Não apenas que supra suas necessidades cotidianas, mas também que favoreça a ampliação de sua capacidade profissional.

Almeida, Cunha e Araújo (s/d.) consideram que a formação do professor precisa estar relacionada à sua prática pedagógica não apenas numa função operacional, mas na apropriação de habilidades e competências a serem desenvolvidas no decorrer da sua profissão como educador. No entanto, essa formação ainda é marcada por um perfil tradicionalista, onde prevalece o professor tecnicista e reprodutor do ensino, tornando o ensino repetitivo e sem significado, o que contribui de forma negativa em relação à sua profissão e sua imagem perante a sociedade.

Diante disso, a formação continuada é fundamental para a mudança dessa realidade do professor que necessita de uma preparação tanto no aspecto técnico quanto na dimensão didático-pedagógica. Através da qualificação profissional, o professor será reconhecido e valorizado pela qualidade de sua formação e obterá prestígio social. Sobretudo, sua valorização não se resume apenas à qualificação, mas a um conjunto de políticas e ações governamentais e sociais que priorizem seu trabalho e sua identidade na sociedade.

Ainda sobre a temática da valorização do professor, Monlevade (2000) relata um fato histórico ocorrido na época em que o Brasil ainda era colônia. Segundo o autor, o primeiro professor assalariado público foi na época do Brasil colônia, nesse período, o ensino era conhecido como "aulas régias", e a responsabilidade pelo pagamento do salário ficava por conta das Câmaras Municipais.

Havia já nesse tempo as redes particulares de ensino, compostas por grandes comerciantes e senhores de engenho, que financiavam essas "instituições"de ensino. Os professores que ministravam as aulas recebiam como retribuição pelo seu trabalho um salário que não era suficiente nem para se manterem (MONLEVADE, 2000 apud NISKIER, 1997).

Monlevade aponta que o salário do professor, naquela época, já era visto como um valor indigno diante do esforço que era empenhado para a ministração das aulas. Além do ato de ensinar, era necessário garantir a qualidade do ensino e, para isso acontecer, o professor precisava de recursos pedagógicos para ampliar o seu conhecimento e ajudar na sua didática.

Diante desse fato, fica claro que, desde o início do assalariamento do professor público via subsídio literário, existe uma tensão valorativa entre o "suficiente para o sustento e o necessário para a qualidade", que puxam para cima, e as limitações do Tesouro, a falta de importância do ofício e o número de professores, que puxam para baixo. Como componentes reguladores, funcionam, ainda, o mercado de salários privados para suspender o piso e, na situação de hegemonia de minorias que vige o Brasil até hoje, a ideologia dos donos do poder para rebaixar o teto (MONLEVADE, 2000apud XAVIER, 1982, p.53).

Monlevade nos leva a refletir que os baixos salários dos professores advêm desde a constituição do estado brasileiro e que, nesse tempo, a (des) valorização do trabalho do professor já era preconizada pelas camadas mais ricas da época e que o aumento do salário dos professores depende do Estado, principalmente quando esse prioriza a importante função do professor da Educação Básica na sociedade. No entanto, as classes dominantes ainda marcam território e procuram ter controle até mesmo sobre o direito do professor em ter um salário digno para poder desfrutar de uma vida plena, baseada no esforço e dedicação ao seu trabalho docente.

Diante dos fatos apresentados, existe a necessidade de reconhecer o trabalho do professor da Educação Básica não apenas como um direito garantido, pois isso faz parte da sua dignidade como cidadão que se constitui nas relações políticas e sociais desde a formação do Brasil. Entretanto, o que é visto hoje no contexto educacional é a falta de compromisso dos governantes em relação ao cumprimento dos direitos e garantias desses professores, tendo em vista que a luta pela valorização do professor advêm dos primórdios da construção da sociedade brasileira.

4 VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR NO CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS NA DÉCADA DE 1990

Segundo Gennari (2001), em 1990, com o crescimento das escolas e com o avanço do capitalismo, o país viveu grandes transformações sociais, econômicas e políticas. Com a revolução industrial e a abertura da expansão cambial, o Brasil caminhava para o início da globalização. Nesse período, estava-se vivendo um momento de reestruturação política e social pós-regime militar com a instituição e formulação da Constituição Federal no Brasil, e da organização das funções públicas pelos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo. Nesse período, foram formuladas as leis de regularização do trabalho no setor público devido à necessidade de organização do Estado. Segundo Rocha (s/d.), com a criação dos cargos públicos, surgiu a formulação do plano de carreira para o setor público, sendo criada uma lei de amparo apontando os direitos e garantias dos professores de educação.

Sendo assim, a valorização do magistério na Constituição brasileira encontra-se no Artigo 206 e está expressa em alguns princípios: No inciso V, diz que, aos profissionais da educação escolar, será garantida por lei a valorização por meio de planos de carreira e por concurso público de provas e títulos na rede pública; o inciso VII aborda a garantia do padrão de qualidade da educação; e por fim, o inciso VIII fala da valorização do professor da escola pública através da criação do piso salarial profissional nacional. Pode-se considerar que esses itens expressam a garantia de instabilidade de direitos e motivação. Contudo, tendo como consequência um ensino de qualidade.

Como se pode ver, a lei aponta, de maneira clara, que o profissional da Educação somente terá ingresso à sua profissão por meio de provas e títulos, isso de fato tem acontecido, no entanto, quanto à garantia do padrão de qualidade e do piso salarial como

aspectos valorativos, a carreira docente ainda não foi regulamentada de maneira efetiva no plano de carreira desses profissionais.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96 – a valorização do professor está expressa de maneira mais ampla. O artigo 67 relata que os estabelecimentos de ensino serão responsáveis em oferecer a valorização dos profissionais da educação, garantindo e incluindo esses profissionais nos termos dos estatutos e nos planos de carreira do magistério público. Ainda, nesse artigo, há seis incisos que apontam ações a serem estabelecidas para a valoração da carreira docente: O primeiro aborda o ingresso à carreira do professor exclusivamente por concurso público de provas e títulos; no segundo, é discutida a formação continuada, por meio do aperfeiçoamento profissional do professor com licença periódica e remunerada para esse fim; já o terceiro discorre sobre o piso salarial profissional previsto na Constituição Federal de 1988; o inciso quarto fala da progressão funcional com base na titulação do desempenho do professor; o quinto relata que os professores terão um período reservado para os estudos, planejamento e avaliação com o período de tempo estabelecido na carga horária de trabalho; e o sexto e último trata sobre as condições adequadas de trabalho, as quais o professor deve obter para exercer a sua função de educador.

O artigo 67 da LDB discorre sobre a importância da valorização dos profissionais na educação, garantindo em sua redação que os sistemas de ensino deverão garantir isso, inclusive, por meio de seus estatutos e planos de carreira do magistério público. Contudo, infelizmente, o sistema de ensino ainda não tem cumprido na íntegra essa determinação, o que se percebe é que o sistema educacional não possui em sua plenitude um compromisso em fazer valer os direitos e garantias dos professores e,por isso, muitos sofrem com o descaso dado à sua profissão.

Justificando, ainda, o item quarto do artigo 67 dessa lei, em que, a progressão funcional também é um requisito para a valorização do docente, o professor não pode viver a vida toda em uma sala de aula sem ter uma expectativa de mudança ou até mesmo um incentivo para sua vida profissional. Seria interessante pensar que a progressão não seria apenas por um título ou por uma habilitação específica, mas articular outros meios que pudessem elevar a função e promover a carreira do docente.

Quanto às condições adequadas de trabalho, o sistema público de ensino ainda é muito precário em relação à estrutura física, distribuição de recursos e materiais pedagógicos. Muitos professores sofrem com uma estrutura física inadequada e com a escassez de material didático, o que causa uma deficiência nas escolas e provoca desânimo no professor, que

necessita de recursos para poder desenvolver um trabalho de qualidade com os alunos na sala de aula.

Com a formulação da LDB, os movimentos sindicais dos professores ficaram mais fortes e os sindicatos começaram a pressionar os governantes com reivindicações em favor de melhores políticas educacionais e cumprimento das leis e garantias que estavam nela expressas.

Em 1990, ocorreu no Brasil uma reforma educacional que repercutiu em intensos movimentos que discutiam as diretrizes e bases da educação na política educacional do atual presidente, na época, Fernando Henrique Cardoso de Melo (FHC). Seu governo foi marcado pelo neoliberalismo cujo objetivo era ter controle total da economia do país sem contar com a intervenção do Estado. Por outro lado, corroborava para a abertura de novas rotas comerciais no exterior e, assim, a globalização foi se aproximando a partir da expansão da política econômica do país.

Segundo Frigotto e Ciavatta (2003),a globalização estava começando a ser preconizada de forma positiva e a era pós-industrial apontava para a necessidade de reconstrução de um novo mercado de produção e de uma nova sociedade. Nesse contexto, a reforma educacional precisava ganhar espaço para ampliar os seus parâmetros com diretrizes voltadas para a qualificação do ensino e para a valorização do professor, no intuito de amenizar a disparidade social e educativa, pois, ao mesmo tempo em que o país avançava surgiam novas demandas de trabalho que exigiam do cidadão habilidades e competências que ele não possuía devido à ausência do estudo e da qualificação profissional.

Ramos (2006) nos mostra que, nessa época, a minoria da população tinha acesso à educação e a outra parcela sofria com o aumento do analfabetismo funcional, com isso, o índice de pobreza aumentava cada vez mais. Então, o Governo FHC percebeu que medidas educacionais precisavam ser formuladas com urgência tendo em vista o quadro precário da educação brasileira, que refletia de forma negativa no crescimento econômico e social do país.

Segundo Almeida, Cunha e Araújo (s/d.), a sociedade estava vivendo grandes mudanças na área econômica e no trabalho, e o capitalismo estava se sobressaindo no que diz respeito à nova organização política e social da época. Nessa perspectiva, a educação estava pautada na estruturação do Estado, ficando presa aos interesses deste. Assim, embora a LDB estabeleça garantias que viabilizassem melhorias no plano de carreira do professor, sua execução não era uma prioridade do Estado.

Nessa direção, a educação foi tomando espaço nos discursos políticos como uma aliada no combate ao analfabetismo funcional e às desigualdades sociais da época. O ensino

fundamental dava a todos os cidadãos a formação plena para os exercícios de direitos e participação nas questões sociais e, ainda, o ingresso no mercado de trabalho.

Ramos (s/d.) diz que o investimento do governo seria a base sustentável para poder garantir a qualidade da educação com vistas a revitalizar a economia brasileira e manter o padrão social e político do país. Diante dessa responsabilidade, começaram a surgir os problemas educacionais que seriam de início, a evasão escolar e a repetência. Não demorou muito para o governo perceber que o investimento na educação estava sendo excessivo e sem proveito. E a partir disso, os problemas da educação começaram a ser discutidos em âmbito oficial.

A qualidade do ensino passou a ser medida pela quantidade de investimentos econômicos, então, surgiu um novo olhar para a prática docente. O governo percebeu que, para poder diminuir o grande índice de repetência e evasão escolar, era necessário investir não apenas em recursos e estruturas físicas, mas na valorização do professor. Portanto, a reforma educacional exigia do governo mudanças não apenas na qualidade do ensino, mas, principalmente, no plano de carreira dos professores que, no momento, passavam por dificuldades referentes aos baixos salários e à (des) valorização de sua carreira.

Segundo Ramos (s/d.), o cenário educacional começou a mudar quando o Governo FHC formalizou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental de Valorização do Magistério (FUNDEF). A Lei do Fundo de Manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério veio para reforçar as necessidades tanto do processo ensino-aprendizagem quanto da valorização do plano de carreira do professor, no art. 9º da lei do Fundef, consta que os Estados, os municípios e o Distrito Federal teriam que prescrever, no prazo de seis meses, no vigor da lei, o novo plano de carreira e remuneração do magistério com vistas a garantir aos professores do magistério os seguintes benefícios: Inciso I – garante a remuneração condigna dos professores do ensino fundamental público a todos que estiverem em efetivo exercício no magistério; Inciso II – apresenta a valorização do professor por meio de estímulo ao trabalho na sala de aula; e Inciso – aborda a melhoria da qualidade do ensino.

O objetivo dessa lei era financiar projetos e programas de educação do Ensino Médio, sendo que pelo menos 60% seriam destinados à remuneração dos profissionais do magistério que ensinavam no Ensino Fundamental. Segundo Silva (2009), embora tenha sido instituído pela Emenda constitucional n° 14, de setembro de 1996 e regulamentada pela lei n° 9.424 do mesmo ano, o Fundef só passou a vigorar nacionalmente em 1° de janeiro de 1998. Com essa lei, os municípios são obrigados a repassar o valor de 60% dos valores que

representam 15% da arrecadação global de Estados e municípios. Os recursos são divididos de acordo com o número de alunos existentes em cada município.

Para Juçara Dutra (2004), não basta apenas investir em recursos, é preciso saber gerenciá-los. E os municípios ainda deixam a desejar no que diz respeito ao recebimento e ao repasse dos recursos financeiros. Segundo a autora, não existe ainda uma equipe preparada para organizar os órgãos de educação para o controle e articulação do repasse dos recursos que são financiados pelo Fundef. Por isso, os municípios recorrem aos órgãos estaduais e acabam se subordinando às suas decisões. Com isso, a gestão educacional não consegue desenvolver sua autonomia para pode atuar e articular, conforme o seu contexto, as suas políticas de organização e controle de suas próprias questões relacionadas à educação. Sobretudo, o Fundef contribuiu para a descentralização financeira e para a melhoria da gestão e organização da educação, dando abertura para o surgimento de novas propostas de amparo e valorização da carreira docente.

5 POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR NOS OITO ANOS DE GOVERNO LULA

Em outubro de 2002, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, surge uma nova expectativa para os professores em relação às Políticas Públicas de valorização da carreira do professor. No entanto, no primeiro mandato de seu governo, não se ouviu falar em nenhum discurso em favor dessas políticas públicas. Segundo Ramos (s/d.), nesse período, os professores ficaram submetidos às políticas do governo anterior as quais estavam pautadas no “modelo político educacional economicista”.

O governo só veio atentar para a valorização do professor a partir do ano de 2006, quando foi aprovada a Emenda Constitucional n° 53/2006, que criou o FUNDEB –Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos profissionais da educação, o qual foi instituído pela Lei 11.494. Contudo, “a aprovação deste fundo ocorreu apenas no segundo mandato de Lula, em 2007, sob a Lei 11.494, com sua reeleição”. Veremos a seguir as garantias de valorização do professor que foram abordadas nessa lei.

O artigo 2° garante que os fundos serão destinados à manutenção e ao desenvolvimento da Educação Básica pública e à valorização dos trabalhadores da educação com a inclusão condigna da sua remuneração determinado por essa lei; o artigo 22 aborda a valorização dos professores do magistério, incluindo também os professores da Educação Básica aos quais serão destinados pelo menos 60% dos recursos totais arrecadados

anualmente para o pagamento desses profissionais que estiverem em efetivo exercício na rede pública de ensino.

Percebe-se que a Lei 11.494 – Fundeb – é mais ampla e consegue abordar todos os profissionais da educação, incluindo a remuneração condigna não apenas para os professores do magistério, como referido no Fundef, mas para os trabalhadores em educação. Segundo Samara (2005), o uso da expressão profissionais do ensino, escrita na redação do Fundef, obteve a seguinte modificação: profissionais da educação escolar, dando mais amplitude ao sentido da palavra. Isso demonstra um olhar mais apurado em relação à carreira docente e uma valorização maior para com a categoria.

Quanto à remuneração condigna, está relacionada à formulação do piso salarial o qual será estabelecido como forma de valorização e reconhecimento do trabalho dos professores, com o repasse de 60% de todos os recursos que forem arrecadados durante o ano letivo. Ao contrário do Fundef, que, segundo Ramos (s/d.) garantia apenas 40% das verbas que sobravam.

Através da Lei 11.494 – Fundeb – todas essas garantias passam a ser de todos os profissionais da educação (SAMARA, 2005). A autora ainda traz um ponto muito relevante: a extensão da valorização do professor da rede privada, mesmo esses professores não tendo o direito das garantias especificadas para os docentes que trabalham na rede pública, o novo inciso VIII tem em vista a redução das "desigualdades regionais entre as remunerações, assegurando o caráter nacional do Piso Salarial Profissional". Dessa forma,

> O Fundeb respalda a implantação do piso com o vencimento inicial das carreiras; a Política Nacional de formação de professores articula a oferta de cursos voltados à habilitação e qualificação do magistério, à luz das realidades dos Estados e municípios, e o Profuncionário cuida da profissionalização dos Funcionários; a jornada conta com os preceitos da lei 11.738 e as condições de trabalho devem pautar políticas através de fóruns e espaços democráticos de decisões, a serem constituídos pelos os sistemas de ensino na perspectiva de democratizar a gestão educacional. (CADERNO DE EDUCAÇÃO, p. 10).

Nota-se, então, que o Fundeb veio trazer grandes avanços no que diz respeito à melhoria da qualidade da educação no que tange às políticas e diretrizes de expansão de valorização do professor. A partir do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, surgiram novas expectativas, principalmente em relação ao piso salarial, sobre o qual discorreremos a seguir.

A Lei 11.738, de 16 de julho de 2008, foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e, em sua redação,apresenta a regulamentação do piso salarial o qual já estava previsto no art. 62 da LDB. Veremos adiante o que diz essa lei.

No artigo 2º, a Lei garante o piso salarial a todos os profissionais do magistério público e da educação básica afirmando que o valor salarial desses profissionais será de R$950,00# (novecentos e cinquenta reais), esse valor será pago aos professores com formação em nível médio, na modalidade normal (antigo magistério). Nesse sentido,ela abrange todos os profissionais da educação, tanto os do antigo magistério quanto os da Educação Básica.

No parágrafo primeiro, ainda do art.2º, a lei diz que o piso salarial é o valor, abaixo do qual, a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios não poderão fixar vencimento inicial das carreiras do magistério público e Educação Básica para a jornada de, no máximo, quarenta horas semanais. Contudo, quando se pensa na grande demanda de alunos e na atuação do professor em sala aula, a carga horária é considerada longa e a atribuição do salário não corresponde ao trabalho árduo do professor. Entretanto, considerando todas as lutas dos professores em favor da formulação deste piso salarial, pode-se afirmar que é uma conquista plausível.

Diante dessa lei, verifica-se que a valorização do professor se dá por meio do piso salarial, embora não sendo apenas esse o principal aspecto de valorização, é o responsável pela manutenção e sustento da vida diária do profissional da Educação. Ademais, muitas vezes o professor é vítima de sua própria vida financeira, ou seja, vive a mendigar o seu sustento, daí a importância de ter um salário-base para poder responder de forma digna ao trabalho e à carreira dos professores da Educação Básica.

No que tange aos pressupostos de valorização da carreira do professor, previstos na Lei 11.738, é necessário que todos sejam respeitados e incorporados no plano de carreira docente para que se torne um ato legal perante os preceitos das garantias e direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros, referente ao salário que está expresso na Constituição Federal, art.206, que diz: inciso IV –apresenta que o salário deve ser conforme a demanda de serviço e a complexidade do trabalho; no item quinto, é favorável à não redução salarial, a não ser por assembleia ou por acordo coletivo; e por fim, no inciso VI, afirma que o valor do salário nunca será inferior ao mínimo para os que recebem remuneração variável.

A negação desses direitos vai de encontro à falta de comprometimento com a dignidade humana, todo cidadão possui direitos que devem ser cumpridos pelos governantes, que são eleitos pelo povo para responder às necessidades da população. Dessa forma, o direito de ter um salário que corresponda à necessidade do trabalhador é legível e consta não apenas

por merecimento, mas por dignidade e prestígio social mediante o papel desenvolvido pelo professor na sociedade.

A partir dessa reflexão sob a importância do Piso Salarial e toda temática envolvendo medidas e diretrizes que favorecem a valorização do professor, faz-se também necessário abordar os planos de carreira como um dos aspectos valorativos na profissão docente. O professor precisa ter um plano de carreira que possa favorecer o seu esforço. A progressão funcional é um dos quesitos discutidos por lei, mas sua prática não é efetiva. Infelizmente, o tempo de trabalho do professor não é levado em conta, isso reflete de maneira negativa na profissão.

Segundo Barretto e Gatti (2009), até o fim da década de 1990, não se observou nenhuma medida que favorecesse o plano de carreira docente, o qual foi constituído pela CF/88 e previsto na LDB/96. Onde consta que a valorização do professor será por meio de estatuto e planos de carreira garantidos pelos sistemas de ensino, na forma da Lei.

O que se percebe é que a carreira docente ainda não possuía uma regularização proveniente de seus estatutos, com isso, os aspectos que favorecem a valorização do professor através de planos de carreira não eram, de certa forma, formalizados. Essas questões foram mais discutidas a partir do surgimento do Fundef e do atual Fundeb.

Nesse contexto, Barreto e Gatti (2009)mostra que a estrutura de plano de carreira se apresenta da seguinte forma: a) Nível médio; b) Graduação em nível superior (licenciatura ou equivalente); c)Pós-graduação.“Esses três patamares de titulação” formam a progressão vertical do plano de carreira, além de contar com o tempo de trabalho e outras qualificações extracurriculares. A formação continuada para a formação horizontal se define por meio da proporção dos quesitos básicos de formação (Nível médio e Graduação) e tempo de serviço. Contudo, ainda não existe, de maneira ampla, a aquisição de novos fatores de qualificação no plano de carreira docente.

É visto que, o tempo de serviço ainda é um dos principais fatores que se apresenta como valorização do plano de carreira do professor:

> Embora o tempo de serviço na docência e a qualificação em instituições credenciadas se constituem em diretrizes nacionais, devendo ser mantidas como planos de carreira, precisam se adequar aos novos paradigmas e evoluir superando as antigas concepções de merecimentos. (BARRETTO; GATTI, 2009 apud CONSED, 2005).

Nesse sentido, o plano de carreira docente ainda não consegue articular, de forma concreta, novas perspectivas de cursos de especialização e outros atrativos que possam promover a carreira docente, tendo em vista que não se tem uma mobilização do governo frente à situação de valorização do professor por meio dos planos de carreira.

As autoras supracitadas apontam, ainda, que não se pode valorizar um professor apenas com um piso salarial, é necessário também viabilizar políticas que promovam a satisfação e motivação na carreira docente e, para que isso aconteça, o governo precisa investir no plano de carreira dos professores, nenhum profissional almeja desempenhar uma única função durante toda a sua carreira. Isso favorece a (des)valorização do professor,levando-o ao abandono da profissão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões abordadas neste artigo evidenciam a realidade do trabalho do professor, que, ao longo de sua trajetória como educador, é marcada por diversos fatores que o levam a buscar a valorização da sua carreira docente por meio de políticas públicas e do reconhecimento da sociedade mediante a relevância do papel docente no processo de formação do ser humano. Esse processo não se dá apenas pelo ensino de conteúdos sistematizados e por didáticas pedagógicas, indo além da transmissão de conteúdos, como foi discutido pelos teóricos nesse texto. O papel professor é norteado pela responsabilidade em ensinar valores e princípios que são vivenciados no decorrer da formação da sociedade.

Para que a sociedade se desenvolva, é preciso formar cidadãos preparados tanto intelectualmente quanto socialmente, para que possam participar como sujeitos ativos nas questões políticas, sociais e econômicas do país. Contudo, o seu valor ainda é ignorado pelo os governantes e, muitas vezes, esquecido pela sociedade.

Nessa perspectiva de valorização e reconhecimento social,nosso estudo traz uma abordagem sobre as Políticas Públicas que foram formuladas pelo o governo brasileiro desde a década de 1990, época em que surgiu a reforma educacional. Por meio dos teóricos estudados, percebe-se que, nessa época, os professores viviam uma intensa luta por seus direitos e garantias em favor da valorização de sua carreira docente. Com a universalização do ensino, houve o aumento do número de alunos e consequentemente,para o professor,houve uma maior demanda de trabalho. No entanto, seu salário continuava o mesmo e as suas condições de trabalho desfavoráveis à sua realidade social.

Diante desses fatos, o governo formulou algumas políticas públicas com vistas a reconhecer e valorizar o trabalho do professor, mas, pelos pressupostos apresentados neste trabalho, ainda não é evidente a efetivação dessas políticas na carreira docente. Levando em conta os dados apresentados por nossa pesquisa, o professor, desde a década de 1990 até o governo atual, não conseguiu formular políticas públicas que valorizam o seu trabalho em totalidade. O que se vê são leis fragmentadas que, em sua redação, falam da valorização docente através de direitos e garantias, porém não é prioridade do governo colocar em prática esses direitos. Devido a isso, o professor sofre com o descaso do governo e com a falta de políticas públicas que sejam formuladas e regulamentadas em favor de valorizar o seu trabalho e garantir um salário digno e um plano de carreira que possibilite a ele progredir na sua profissão e um plano de saúde decente para responder às suas necessidades físicas e emocionais, a fim de obter subsídios adequados para o desempenho de seu papel de educador.

Por meio desse estudo, verificou-se, ainda, que por mais que o governo elabore leis de incentivo à valorização do professor, é necessário que essas leis sejam discutidas e viabilizadas dentro de parâmetros estabelecidos pelos sindicatos, para que assim as necessidades dos professores sejam expostas com vistas a favorecer a formalização de seus direitos e garantias reivindicados pela categoria.

Este artigo, então, apresenta uma reflexão sobre situações significativas que perpassam a carreira docente em relação à valorização do professor numa perspectiva de motivação por meio de políticas públicas, visando a uma melhor qualidade de ensino na busca pelo êxito no processo ensino-aprendizagem, garantindo o sucesso escolar dos alunos inseridos no contexto da Educação Básica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. de; CUNHA, C. M.; ARAUJO, M. de. R. B. **Para além da formação**: as políticas de valorização do magistério público municipal na Bahia. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT08-5666--Int.pdf>. Acesso em: 15 maio 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao67.htm>. Acesso em: 11 maio 2011.

BRASIL. LDBEN. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 5 maio 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Piso Salarial Profissional Nacional.**Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12253&Itemid=38> Acesso em:25 maio 2011.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007.

CARTILHA DO FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. **Principais Mudanças em Relação ao Fundef**. Recife-PE. Disponível em:<http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/cartilhafundeb.pdf>Acesso em: 05de abril de 2011.

CADERNOS DE EDUCAÇÃO. Diretrizes para a carreira e remuneração. **A valorização profissional no contexto do Sistema Nacional Articulado de educação**. 2009. Disponível em: <http://www.undime.org.br/htdocs/download.php?form=.pdf&id=1259> Acesso em: 16 abr. 2011.

CADERNOS DE EDUCAÇÃO. Brasília, n. 21, p. 9-15, out. 2009. Disponível em: <http//www.cnte.org.br> Acesso em: 30 maio 2011.

CASSASSUS, J. **Reforma Educacional na América Latina Contexto de Globalização**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a01n114.pdf> Acesso em: 25 abr. 2011.

FREITAS, L. G. de. **Saúde e Processo de Adoecimento no Trabalho dos Professores em Ambiente Virtual.** 2006. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2006.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Educação Básica no Brasil na década de 1990**: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82.pdf>. Acesso em:12 maio 2011.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. de S. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. UNESCO. Brasília, 2009.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. Á. **O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde.** Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a03v31n2.pdf>. Acesso em: 22 maio 2011.

GENNARI, A. M. **Globalização, Neoliberalismo e Abertura Econômica no Brasil nos anos 1990**. Disponível em: <http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/(21)adilson_marcos.pdf>. Acesso em: 15 maio 2011.

MONLEVADE, J. A. C. de. **Valorização salarial dos professores**: o papel do piso salarial profissional nacional como instrumento de valorização dos professores da educação pública básica. 307 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas,São Paulo,2000.

ROCHA, M. da C. **As Políticas Educacionais e a Valorização da Profissão Docente**: uma reflexão a partir da legislação e de documentos nacionais e internacionais. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/73.pdf>. Acesso em: 02 maio 2011.

RAMOS, G. P**. Fundef *versus* Fundeb:** uma análise introdutória sobre ascontinuidades e as descontinuidades da política devalorização docente. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/2696/2406>. Acesso em: 8 abr. 2011.

SILVA, S. de O. **O FUNDEF/FUNDEB na política de valorização e remuneração dos profissionais do magistério da educação básica da rede Estadual do Piauí**. 2005. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.5/GT_05_09_2010.pdf> Acesso em: 2 maio 2011.

_____. O FUNDEF/FUNDEB na política de valorização e remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica da rede estadual do Piauí. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.5/GT_05_09_2010.pdf> Acesso em:17 maio 2011.

SCHEIBE, L. **Valorização e formação dos professores para a educação básica**: questões desafiadoras para um novo plano nacional de educação. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/17.pdf> Acesso em: 28 maio 2011.

VIEIRA, J. D. **Identidade Expropriada**: retrato do educador brasileiro.2.ed. Brasília: Ed. CNTE, 2004.